

Um viajante no Brasil Joanino: Auguste de Saint-Hilaire, o Caminho das Tropas, o mato e o campo, e os índios do Planalto Meridional

A traveler in Brazil Joanino. Auguste de Saint-Hilaire, the Way of the troops, the bush and the field, and the Indians of the Southern Plateau

Almir Antonio de Souza¹

RESUMO: O artigo tem por objetivo estudar o relato do viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando de sua passagem através do caminho das tropas de animais pelo Planalto Meridional, no verão de 1820. Não obstante, junto com outras fontes históricas e reflexões busca compreender a sociedade do campo, os que habitavam junto ao caminho, majoritariamente luso-brasileiros, e quais as relações que estabeleceram com os povos originários - os indígenas, que em contrapartida ao avanço da expansão luso-brasileira se refugiavam nas matas.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Joanino. Planalto Meridional. Kaingang. Xokleng. Saint-Hilaire.

ABSTRACT: The article aims to study the report of the French traveler and naturalist Auguste the Saint- Hilaire, upon its passage through the way of the animal troops by the Southern Plateau, in the summer of 1820. Withal, along with other historical sources and reflections seeks to understand the society of the field, that dwelt by the way, mostly Luso-Brazilian, and what relationships they established with the originating peoples - the Indians, who in contrast to the advancement of Luso-Brazilian expansion took refuge in the woods.

KEYWORDS: Brazil Joanino. Southern Plateau. Kaingang. Xokleng. Saint-Hilaire.

Introdução

Os relatos dos viajantes pelo Sul do Brasil tem sido um suporte para estudos e interpretações, são numerosos os intelectuais que os estudaram para interpretar o país e sua história. No caso do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, seus relatos são de uma contribuição substancial como possibilidades de fontes para a interpretação histórica. A análise proposta a seguir, é de sua passagem pelo Planalto Meridional, sua viagem de Sorocaba a Curitiba, no verão do ano de 1820, e suas observações sobre a sociedade campestre dessa região, em sua maioria luso-brasileiros que invadiam as terras indígenas durante o governo de Dom João VI. O

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). almirppo@gmail.com.

Príncipe Dom João, desde 1808, havia ordenado através das Cartas Régias a guerra contra os indígenas que segundo a avaliação do governo, infestavam as terras junto ao Caminho das Tropas.¹ A partir da análise do relato de Saint-Hilaire e na confrontação com outras fontes, faço uma tentativa de inferir quais as relações que se estabeleceram com os povos originários- os indígenas, num espaço que através dos relatos e documentos e, com a literatura e as abordagens vigentes, objetiva elucidar algumas questões para a história do Brasil Meridional do século XIX.

Na primeira parte do artigo, demonstro o mundo visitado por Saint-Hilaire, os Campos Gerais e o “Caminho das Tropas de Animais”, a formação de lugares, povoados e vilas ao longo do caminho que atravessando o interior do país desde São Paulo, passando pelos atuais estados de Paraná e Santa Catarina, se estendia até o limítrofe Estado do Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, através de seu relato e do cruzamento com outras fontes, faço a análise dos conflitos e as ações de caça aos índios, as chamadas “entradas”, cuja denominação remete ao ingresso nas matas por parte de grupos armados de luso-brasileiros com a finalidade de aprisionar principalmente mulheres e crianças indígenas para o trabalho nas fazendas. Um conflito entre dois mundos, “o mato e o campo”, e a demonstração tácita de que ao invés de isolados e estacionados no tempo, essa sociedade era marcadamente assinalada na mobilidade destes lugares fronteiriços.

As fontes utilizadas na investigação científica foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, APESC, e Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, AHJFS- Blumenau. As Cartas régias foram pesquisadas na *Coleção das Leis do Império*, site da Câmara Federal (<http://www.2.camara.gov.br>).

Auguste de Saint-Hilaire e o Caminho das Tropas

O viajante e naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire no verão do ano de 1820, realizou o percurso de Sorocaba a Curitiba, através do Planalto Meridional, que à época aparecia na documentação investigada como o “Continente do Sul”, as terras altas que fugiam das praias e do litoral, e adentravam o interior do país em sua parte meridional. Uma extensa região que iniciava em São Paulo, atravessava as províncias do Sul (Atual Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do sul), e encontrava-se com Argentina, Paraguai e Uruguai. O caminho que percorreu Saint Hilaire foi o das tropas de animais, que eram conduzidas desde o Sul para São Paulo. O caminho foi a alternativa à antiga Estrada Real para a condução de animais que eram criados nos campos do Rio Grande do Sul. A antiga Estrada Real era um conjunto de picadas que pelo litoral ligavam as capitânicas meridionais unindo a colônia de Sacramento a Rio Grande, Laguna, Desterro (atual Florianópolis), São Francisco, Paranaguá e Santos (MACHADO, 2004).

O Caminho das Tropas fazia parte de uma rede comercial que havia se estabelecido desde a colônia a partir da ocupação da região conhecida como Campanha Gaúcha da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (atual estado do Rio Grande do Sul) pela Companhia de Jesus. Das missões que os jesuítas fundaram na região Sul do Brasil, e em partes dos países vizinhos, no século XVII, e que foram destruídas pela aliança de tropas espanholas e portuguesas, sobraram, nas pastagens dos pampas e do planalto, dezenas de milhares de cabeças de gado vacuum, cavalar e muar. Estes rebanhos errantes e sem dono, chamados de gado alçado ou orelhano, passaram a ser reunidos em fazendas montadas principalmente por paulistas, que vinham apresar índios nessas regiões.

Vilas como Lages e Vacaria tinham uma economia, um comércio incipiente movido principalmente por fazendas que com este gado alçado, e a criação propriamente dita de animais mantinham a vivência desses lugares (MACHADO, 2004). Não era propriamente um caminho, mas uma rede de caminhos, que unia comercialmente os campos de criação de animais, desde Viamão, os Campos de Cima da Serra e as missões jesuíticas fronteiriças a província de Corrientes na Argentina, até a Feira de Sorocaba, o ponto terminal. A feira funcionava durante todo o ano e era onde as mercadorias e tropas de animais eram comercializadas.

Essa rede de caminhos possuía uma denominação ampla: Caminho das Tropas; Caminho do Sul; Caminho de Sorocaba; Caminho de Viamão; a Estrada do Sul ou o Caminho para o Continente do Sul. Os antigos caminhos indígenas, e as novas picadas abertas pelos paulistas permitiram uma ligação por terra entre o Sudeste e o Brasil Meridional. As capitânicas centrais do Brasil (principalmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), com o progresso da mineração, necessitavam de animais de tração e, especialmente, da mula, que eram os únicos

animais que transportavam cargas em grandes distâncias por caminhos impraticáveis. Como um grande número desses animais estava e era criado na região das Missões, o caminho por cima da serra, com esta demanda significativa, a partir da segunda metade do século dezoito, passa a ser o Caminho para o Continente do Sul, o caminho das tropas de animais e seus condutores, e dentro desse movimento se fundaram freguesias e vilas, como Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Castro, Lapa, Palmeira e Lages (COSTA, 1982).

De acordo com Paulo Pinheiro Machado “com o caminho das tropas se formaram um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas.” (MACHADO, 2001, p. 15). Fazendas de internada e criação de animais, combinado com uma agricultura mais de subsistência do que de comercialização. “A internada” era a expressão dada para o descanso dos animais que estavam sendo tropeados, chegavam a estes lugares no fim do verão, e aí passavam o outono e o inverno, recuperando o peso perdido no caminho, para na primavera seguirem em direção à feira de Sorocaba. Os Campos Gerais, com seus lugares como Itapetininga, Castro, Itapeva, Palmeira, apresentavam-se de forma apropriada para realização da internada. Auguste de Saint Hilaire, sobre isto escreveu:

As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como internada para as numerosas tropas de burros que vêm do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos a seiscentos animais. As tropas chegam em fevereiro, depois de atravessarem o Sertão de Viamão, entre Lapa e Lages, onde perdem muito peso. Comumente, em lugar de forçarem os animais a prosseguir viagem, os tropeiros deixam-nos descansar nos Campos Gerais até outubro, quando então seguem para Sorocaba. No começo da internada os camaradas que acompanharam a tropa até ali são mandados de volta, com a exceção de dois ou três sendo contratados outros quando se reinicia a viagem (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 23).

Não se pode deixar de pensar, lendo essas informações, na mobilidade destes lugares fronteiriços. Homens que eram contratados para as tropeadas eram, antes de tudo, homens que estavam sempre se deslocando de um lugar ao outro, vinham com uma tropa, voltavam ao sul, e depois retornavam com outra tropa de animais. A vida nas tropeadas de animais era difícil, assim como a lida diária nas fazendas. As privações de conforto, de alimentação, os riscos e a

distância do lar eram efetivamente elementos que tornavam as tropeadas mais difíceis, assim como as chuvas, que elevavam o nível dos rios, dificultando a travessia dos animais, e, mesmo os pequenos arroios se transformavam em rios caudalosos, que os tropeiros evitavam cruzar, assim como as matas mais fechadas. O tropeiro, e o tropeirismo, dessa forma se constituem firmados numa assertiva: rudeza e resistência, rudeza da terra, do inverno rigoroso, das grandes distâncias, e da guerra contra os índios, resistência das partes envolvidas no conflito.

Para auxiliar no manejo das tropas de gado e facilitar seu deslocamento pelos campos, sem risco de fuga das rezes, de infestação de parasitas ou de contaminação por doenças, foram construídos os “corredores de tropas”, ladeados por ‘Taipas’, muros de pedras empilhadas de modo a criar uma cerca por longas distâncias sobre os campos do planalto, tal como se fosse uma estrada (ver Fig. 1 e Fig.2). Sua construção era executada por uma mão de obra majoritariamente escrava, esses profissionais eram chamados de Taipeiros, um ofício passado de geração em geração. A construção destes corredores ajudava a limpar as pedras do terreno de modo a facilitar o crescimento da pastagem, separavam o espaço público do espaço privado do fazendeiro, e “demarcavam o trajeto no espaço, evitando que outras áreas fossem degradadas pela passagem constante de tropas de animais.” (HERBERTS, 2009, p. 483-4).

O Campo como lugar, assumia essa característica, a de criação de animais, seja para consumo interno da fazenda, seja para a venda. As tropas eram o resultado final do trabalho diário nas fazendas para engordar o gado, curar bicheiras, castrar novilhos, distribuir o sal para os animais, consertar mangueiras, cercas e currais, fazer a doma de cavalos xucros, marcar os animais, cuidar dos reprodutores e aumentar o rebanho. Depois de algum tempo preparando o gado, os peões escolhiam os de melhor porte e mais saudáveis, separavam-nos dos demais, e os tropeavam para vender. Tão logo os animais alcançavam o ponto de abate, ou um porte adequado para o serviço de cargas no caso dos muares, começava o planejamento da tropa que conduziria os melhores animais aos consumidores finais. O tipo de animal a ser tropeado e a quantidade de peões disponíveis, eram variantes que somadas a outras como as necessidades de alimentação, de munição para caça e defesa, de dinheiro, entre outros fatores, faziam que dificilmente as tropas pudessem ser planejadas de uma só maneira, mas sofriam sempre

adaptações conforme seus objetivos e meios (DIAS, 2011). Os animais tropeados poderiam ser ovelhas, carneiros, bodes, cabras, perus, burros, éguas, cavalos, mulas, porcos, vacas, bois, etc.. Mas, ao menos no planalto das regiões fornecedoras como Missões, os plantéis de gado vacuum, cavalar e muar iriam compor a maioria quase absoluta das fazendas criadoras durante o século XIX (ZARTH, 2002, p. 234).

Figura 1 – Corredores das Tropas. Lajes



Fonte: <http://paulochagas.net>. Acesso em: 07 ago 2015.

Figura 2 – Corredores das Tropas. Lajes



Fonte: <http://www.bemparana.com.br>. Acesso em: 07 ago 2015.

O viajante Auguste de Saint-Hilaire sobre a Estrada do Sul, como também era chamado o Caminho do Continente, deixou informações importantes:

O trecho da Província de São Paulo que eu tinha percorrido entre Sorocaba e Curitiba era formada por uma língua de terra estreita, isolada no meio de uma região inculta, e se pode dizer que na extremidade dessa língua de terra o Brasil se interrompia, por assim dizer. Com efeito, do lado do mar erguia-se, quase inacessível a Serra do Paranaguá, e depois de Lapa, também chamada Vila Nova do Príncipe, situada a 12 léguas de Curitiba, era necessário, para sair da província, atravessar 60 léguas do Sertão do Sul, ou Sertão de Viamão, região totalmente despovoada e infestada de selvagens, onde a estrada não passa de uma sucessão de perigosos atoleiros (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 72).

O Caminho para o Continente do Sul, nas palavras do naturalista francês, era uma estrada de muitas faces, em alguns momentos, bem cuidada, cercada por muros, em outros lugares não passava de uma confusão de atoleiros, dado o passo contínuo dos animais por estes lugares, e em outros era mal cuidada e decadente. A parte que ia de Sorocaba até Curitiba,

durante os anos 1820, era uma estrada mais no seu termo propriamente dito. Depois de Lapa, estava o sertão do sul, ou de Viamão, lugar de perigosos atoleiros.

Ao longo desses caminhos e dos campos e fazendas estavam próximas às terras dos povos originários (os indígenas), estabelecendo uma distinção entre dois tipos de sociedades e lugares, o Mato e o Campo, é sobre esses povos e espaços que passo a tratar.

O Mato e o Campo²

No verão de 1820, Auguste de Saint-Hilaire, após deixar para trás o registro de Sorocaba, atravessava os Campos Gerais, seguindo o curso do rio Jaguariaíba. No seu caminho, uma de suas paradas foi na fazenda homônima ao rio, de propriedade de Luciano Carneiro Lobo, onde escreveu:

Poucos instantes depois da minha chegada, o Coronel levou-me para ver as suas vacas e bezerros, que estavam chegando ao curral. Os vaqueiros, a cavalo, iam tocando os animais à sua frente, e se alguma vaca se desgarrava do rebanho, eles a cercavam a galope e a traziam de volta.

O Coronel queixou-se bastante da vizinhança dos índios hostis, que às vezes atacavam as propriedades dos paulistas. Como a população branca tivesse diminuído a partir de certa época, os índios se tinham tornado mais audaciosos, e a seca de 1819, cujos tristes efeitos eles também experimentaram, contribuiu para aumentar sua ousadia. Fazia pouco tempo eles tinham invadido os pastos do Coronel, onde mataram alguns cavalos e comeram a sua carne, coisa que jamais haviam feito até então. Poucos dias antes de minha chegada a Jaguariaíba, eles tinham sido vistos rondando a propriedade. O Coronel mandou buscar imediatamente alguns de seus soldados, para que perseguissem os índios, e fazia poucas horas que eu havia chegado à fazenda quando vi aparecerem oito homens a cavalo, bem armados e prontos para marchar contra o inimigo, no dia seguinte. Alguns deles já tinham tomado parte nesse tipo de caçada, e me deram algumas informações sobre a maneira como era feita. Eles saíam à procura de rastros de índios, e os seguiam até as suas moradas, caindo sobre eles de surpresa. Os homens empreendiam a fuga sem se defenderem, tão logo ouviam os tiros de fuzil, e os atacantes se apoderavam das mulheres e das crianças. Como os índios, procurando vingarse, sempre armavam emboscadas no caminho onde os brancos passavam, estes voltavam por outro caminho para escapar a isso (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 35).

No excerto, Saint Hilaire anuncia a perspectiva da forma de atuação, e a conformação do *modus operandi* das atividades e expedições de caça e captura aos indígenas. Segundo o naturalista, a população branca havia diminuído e com isso aumentou a ousadia dos índios. A diminuição do número de invasores nas terras dos índios nos Campos Gerais foi determinada menos pela reação desses últimos, do que as campanhas de recrutamento para campanhas militares sejam internas ou externas ao Brasil, principalmente no distrito de Castro, o que fazia com que muitos moradores fugissem temendo serem recrutados para o chamado esforço de guerra. Segundo Saint Hilaire, os ataques aos grupos indígenas eram feitos de surpresa, e depois de um prévio reconhecimento de seu lugar de abrigo, seguia-se o combate, onde após a descarga das espingardas, escopetas e pistolas, os homens em geral eram mortos ou fugiam, finalizando com a prisão de mulheres, crianças e em raras ocasiões guerreiros sobreviventes do ataque. Esse *modus operandi* é praticamente o mesmo em todas as operações de combate e destruição a acampamentos vistos como inimigos pelas expedições de guerra e caça.

O elemento surpresa determina ao atacante nítida vantagem e, para que se consiga o sucesso na missão, deve ser precedida de expedições de reconhecimento, de localização do acampamento indígena, de suas entradas e saídas, de seus postos de vigia. Sendo assim, o ataque era realizado em geral nas primeiras horas antes do amanhecer, e muito melhor após algum evento festivo, quando o inimigo no torpor da embriaguez, do cansaço e do sono profundo era despertado pelo terror do estampido das armas de fogo, e a morte, destruição e cativo que anunciavam. Essas estratégias seguem praticamente o mesmo *modus operandi* em toda América, basta lembrar o lendário General Custer e o Sétimo de Cavalaria que entrava ao amanhecer com canhões e cavalos sobre as tendas dos Sioux no velho oeste norte americano. Dee Brown em *Enterrem meu coração na curva do rio*, relata a destruição sistemática dos índios da América do Norte. Lançando mão de várias fontes, como registros oficiais, autobiografias, depoimentos e descrições de primeira-mão, através do discurso de grandes líderes e guerreiros das etnias Apache, Dakota, Ute, Sioux, Cheyenne e outras, descreve as batalhas contra os não índios, os massacres e rompimentos de acordos. Todo o processo que, na segunda metade do século XIX, quase exterminou essas populações do cenário do oeste norte americano (2006).

A atividade de reconhecimento do terreno, ou seja, descobrir a morada dos índios e fazer o levantamento de tudo que interessa ao bom êxito da expedição era uma tarefa das mais difíceis e os homens que as faziam em geral eram os guias dessas, experientes na lida com o mato e os índios, homens que sabiam se defender com pólvora e chumbo, como o Coronel Luciano Carneiro Lobo:

O Coronel Luciano Carneiro era depositário da pólvora e do chumbo que o governo enviava aos Campos Gerais para que os seus habitantes pudessem se defender dos bugres e dos selvagens. No dia em que os oito paulistas recém-chegados deviam pôr-se em marcha, o coronel distribuiu entre eles uma certa quantidade de munição de guerra; deu a cada um uma ração de carne, de farinha e de sal para três dias, e eles partiram. Alguns deles entraram, antes, no oratório do coronel, abriram o nicho onde estava guardada a imagem da virgem, ajoelharam diante dela e oraram por alguns instantes (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 35).

Luciano Carneiro Lobo era um dos mais abastados fazendeiros dos Campos Gerais, possuidor de várias fazendas e muitas cabeças de gado, e como tal era o fiel depositário da pólvora e chumbo para abastecer as armas de fogo, que longas ou curtas, eram de ante carga, carregava-se pela boca a pólvora, socava-se e depois se introduzia o chumbo. O acionamento era por pederneira, ou seja, a percussão era extrínseca, e dava apenas um único tiro, o que permitia certa vantagem de fuga ou reação ao opositor. Os oito paulistas a que se refere o viajante, municidados e com ração de guerra – farinha, carne e sal -, que partiram depois de rezarem diante da imagem da Virgem Maria, provavelmente pedindo proteção para a expedição contra os índios, eram todos ou quase todos destes que dentro deste mundo de criação de animais, fazendas, estâncias, picadas, estradas, matos e campos, eram chamados de ‘vaqueanos’, mas também eram lembrados como ‘práticos’, ou como ‘mateiros’. Seus salários eram no máximo o equivalente ao soldo de um cabo de milícias, algo em torno de 4\$500 réis por mês. Qual o ganho, então, destes práticos, desses experientes que eram tão caros e valiosos aos comandantes de vilas, povoados, e rocios? O ganho estava no resultado destas expedições, no aprisionamento de mulheres e crianças indígenas. O preço de venda poderia atingir eventualmente até 100 mil réis, por uma mulher ou criança indígena o que, nestas condições,

aparecia como um excelente negócio. A venda era facilitada pela proximidade que vilas e povoados tinham ao caminho de tropas, assim não era tarefa difícil arrumar um comprador já que a necessidade de mão de obra estava desde Sorocaba em São Paulo, até Viamão e Cruz Alta no Rio Grande do Sul (SOUZA, 2013).

Um destes vaqueanos, de nome Joaquim Correa, era um dos paulistas que estavam ao serviço do Coronel Luciano Carneiro Lobo, cujas habilidades adentravam a coragem e o fato de já ter experiência em entradas no mato para as quais sempre era voluntário (SOUZA, 2012). Vamos encontrar outro destes vaqueanos em Itapeva da Faxina, como Jesuíno, que em 1830 brigava na justiça pelo direito de propriedade sobre uma índia que teria retirado do mato em uma expedição. O advogado do governo de São Paulo, político e ex-presidente da província Manoel Joaquim de Ornellas pronunciando-se a respeito da contenda declara-se contrário às pretensões de Jesuíno, entre outros argumentos, de acordo com o jurista, Jesuíno que havia servido de comandante na expedição “alem de muito ambiciozo é bem conhecido por péssimo homem como não tivesse na tal diligencia apanhado bugre algum para vender, pois que sempre foi o seu negocio, e era do que vivia, quis por em praça a dita bugre para ao menos repartirem o seu producto.”³

Saint Hilaire continua seu relato falando dos indígenas que vai encontrando pelos caminhos entre Sorocaba e Curitiba, e nos deixa valiosas observações sobre o principal grupo étnico desses lugares: os Kaingang, que segundo suas observações eram denominados de Coroados:

Os paulistas dão aos bugres vizinhos de Jaguariaíba o nome de Coroados porque, segundo dizem, esses selvagens costumam fazer no alto da cabeça uma pequena tonsura, que em português tem o nome de coroa. Segundo informações unânimes dadas pelas pessoas mais instruídas do lugar, esses índios constroem suas casas com paus cruzados, a maneira dos luso-brasileiros, e as cobrem de folhas de bambu ou de palmeira; mas não rebocam as paredes com barro, e fazem as casas extremamente compridas, de maneira que várias famílias podem morar juntas. Esses selvagens cultivam o milho e o feijão, e parece que não são totalmente estranhos a alguns tipos de indústria. Um dos soldados da milícia que tinham vindo à fazenda para participar da expedição contra os índios mostrou-me uma saia de mulher coroadada, feita de um tecido muito grosseiro, é bem verdade, mas extraordinariamente

resistente. Uma índia dessa tribo, que havia sido aprisionada e o Coronel conservava em sua casa, me disse que para fazer aquele tipo de tecido era empregado a casca de um certo cipó, que inicialmente era mergulhada na água e depois batida com pedaços de pau até se transformar em estopa; com essa estopa eles faziam uma espécie de corda, enrolando-a sobre a coxa. Finalmente o tecido era feito a mão, sem a ajuda de uma agulha ou de qualquer instrumento análogo.

Quanto aos coroados dos Campos gerais, é bem provável que eles e os indígenas de mesmo nome que habitavam as terras próximas de Guarapuava formassem uma só nação e que, em conseqüência, eles nada tem em comum com os coroados do Rio Bonito nem com os do Presídio de São João Batista. Os paulistas se revoltavam contra as mortes e destruições feitas pelas diversas tribos de bugres que, desde Itapetininga até Curitiba, habitam as proximidades da estrada. mas ninguém jamais os acusou de antropofagia, crime que era atribuído outrora a tantas tribos indígenas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 35-36).

Parte das áreas entre Sorocaba e Lages, junto à Estrada do Sul, era de roças, e muitas das casas eram de pobres que ocupavam os lugares perto da mata, feitas de forma rústica, cujo único reforço era os tapumes de argila. Telhas de barro era elemento raro mesmo nas habitações da maioria dos povoados como Guarapuava e Palmeira. Por isso, de acordo com o viajante, os ‘Coroados’ moravam em casas tais quais as dos luso-brasileiros, possuíam uma cerâmica de boa qualidade e até superior a dos paulistas, fabricavam tecidos, e faziam roças de milho e feijão. Tais atividades demonstram um grau de especialização tecnológica e sedentarismo, o que confirma esses povos originários como seminômades, e ocupando vasto território de deslocamento e morada (MOTA, 1994). Os Coroados assim eram chamados pela pequena tonsura que faziam no alto da cabeça em forma de coroa como anotou Saint-Hilaire e que estes não deviam ser confundidos com outros grupos Coroados do sudeste brasileiro. Manuela Carneiro da Cunha observou para o sudeste brasileiro que a expressão Coroados designava genericamente os diferentes grupos que usavam na cabeça uma espécie de coroa de plumas (CUNHA, 2006, p. 151). Os Coroados do Sul não eram assim denominados pelo uso de coroas de plumas, seu corte a moda dos frades franciscanos, é que determinava essa nomenclatura. Segundo o naturalista francês, os Coroados não eram antropófagos, mas devastavam e assassinavam desde Itapetininga até Curitiba. Com relação à antropofagia é sabido o quanto esta foi utilizada pelo invasor para acusar os povos originários e assim permitir a guerra justa

diante de uma ofensa imensurável. No que concerne aos ataques e mortes provocados pela reação dos povos indígenas à invasão de suas terras, pode-se inferir que estes ataques tinham sua justificativa não só pela reação à invasão, mas também pela apreensão de bens que a sociedade invasora colocava em seu território e como tal lhes era de acesso permitido. E mesmo no que se refere à veracidade pelo menos na proporção real desses, também está fundamentado em um “perigo”, o perigo indígena, que determinava as reações legalizadas (na ótica do invasor) que se configuravam nas diligências e expedições de caça e captura de índios que estavam nas matas (ORTELLI, 2007).

Saindo do relato de Saint Hilaire, mas ainda dentro do ‘Caminho para o Continente do Sul’⁴ e do tema do apresamento e cativeiro dos indígenas, na vila de Lages, o Delegado Guilherme Ricken em correspondência ao Presidente da Província João José Coutinho no ano de 1852, ao escrever sobre a ausência de um aldeamento apesar do município estar rodeado de sertões povoados por diferentes indígenas, dizia que tal acontecia e se justificava pelo desleixo em catequizá-los:

[...], e também ao modo com que os moradores até há bem poucos annos procedião contra elles, cassando-os como animaes, com o interesse de lhes apanhar e captivar os filhos donde resultou que os índios entranhando-se mais pelas mattas dentro, criarão ódio mortal contra a raça branca, o que talvez ainda por muito tempo frustrará qualquer tentativa que se queira fazer para chamá-los à Civilização.⁵

Em Lages, de acordo com o Delegado, os moradores cassaram os índios como animais, com o objetivo de apanhar e fazer escravos os seus filhos, e tal ocorreu em várias localidades ao redor do chamado Caminho do Sul, aos índios cada vez mais restou à fuga para dentro das matas mais inacessíveis. Assim como o viajante francês, o Delegado Guilherme Ricken também descreve os Coroados:

Todos os Indios são aqui appellidados pelo nome genérico de Bugres; entretanto que existem duas nações bem distinctas que são conhecidas pelos nomes de Coroados e Botocudos. A primeira destas nações assim denominadas, talvez por huma corôa grande que todos tem aberta no alto da Cabeça, à moda dos frades, habita os Sertões ao Oeste desta Villa, e nunca

passão para l'este da Estrada Geral que vem de São Paulo para este Municipio. Estes Indios forão cathequisados em Guarapuaba, e ali receberão as primeiras noções de Civilização; largarão porem o Aldeamento e tornarão à vida errante tornando-se o flagello dos viandantes que em grande numero transitão pela mencionada estrada [...] O Character destes indígenas He menos feroz do que o dos Botocudos com quem vivão continuadamente em guerra, e de quem se tomão muito. Elles fazem prisioneiros e principalmente quando apanhão mulheres brancas que levão para o matto, e também tem apparecido negros entre elles. Suas armas e utensílios são fabricados com rara perfeição, e alguns que tenho visto são muito curiosos.⁶

As observações do Delegado em comparação as do naturalista se assemelham em vários pontos. À industriiosidade dos Kaingang, com seus arcos, flechas, panelas, vasos, tecidos, casas de boa construção, a opinião é uma só: os trabalhos são fabricados, nas palavras do delegado, “com rara perfeição”. Com relação à denominação Coroados ambos concordam que assim chamavam-se pelo corte de cabelo e sua pequena tonsura à moda dos padres franciscanos, mas é preciso lembrar que Saint-Hilaire observou também que alguns coroados apresentavam cabelos cortados de forma igual, e outros os deixavam compridos atrás. Além de possuírem opiniões idênticas no que se refere ao “perigo indígena”, segundo o delegado, os errantes Coroados eram o flagelo dos viajantes que transitavam pela estrada do sul. Acrescenta o delegado Guilherme Ricken que faziam prisioneiros em seus assaltos, e costumavam raptar mulheres brancas que levavam para o mato.

Guilherme Ricken e Saint-Hilaire também foram unânimes com relação a identificação dos inimigos dos Coroados, apontaram um grupo em especial, que vivia do lado leste da estrada para o sul, internados nas matas abaixo das serras entre o litoral e o planalto -os Botocudos do Sul. Ambos apontam o fato de usarem adornos abaixo do lábio inferior, chamados de botoque, e daí a expressão ‘Botocudos’, embora essa expressão estivesse muito mais vinculada aos discos labiais usados pelos Krenak, os botocudos de Minas Gerais, enquanto que os botocudos inimigos dos Coroados usavam ornamentos labiais não em forma de disco, mas de forma cilíndrica, chamados de tembetá. O Delegado Ricken fez comentários mais precisos sobre os Botocudos:

Os botocudos que trazem por distincção o beijo inferior furado, e com huma grande rodela de pao, vivem nos sertões que separam este Municipio do littoral da Provincia; achão-se no estado primitivo de natureza, e nunca largão sua vida errante; não se apresentem nem queirão relação alguma com ninguém; mattão tudo quanto encontrão, e até os seus proprios que depois de criado entre nos, lhes cahem nas mãos. He proverbial a paciência e tenacidade com que estes índios espreitão huma casa, e infallivel a desgraça quando chegão a attacar. Elles tem grandes alojamentos em pontos certos debaixo da Serra, e que Ca de cima facilmente se reconheção pela fumaça; vivem segundo consta na maior miséria, e nehuma commodidade conhecem. Os seus arcos e flechas apesar de fortes são muito mais grosseiros e imperfeitos do que o dos coroados. o seu numero deve ser considerável, pois em todas as partes apparecem vestígios d'elles.⁷

Errantes, selvagens, primitivos, miseráveis, vadios, perigosos e ferozes, termos pejorativos que faziam parte do arcabouço que juridicamente instituía a guerra, e a consequente escravidão dos Índios. O interessante é a observação de que os Xokleng habitam ao leste da estrada e como tal seus inimigos, os Coroados, habitavam do outro lado da estrada o lado oeste, simbolicamente eram povos que se dividiram em orientais e ao sol nascente e outros ocidentais e ao sol poente. Tal divisão pode esconder uma origem comum. Coroados e Botocudos pertencem ao mesmo tronco lingüístico, os da sociedade Jê, também chamados de Tapuias, ou, segundo Francisco Silva Noelli, os jês meridionais ou do Sul (2004, p. 26-27). Sílvio Coelho dos Santos já dizia que os Xokleng (como mais tarde ficariam conhecidos os tais 'botocudos do sul') linguisticamente se filiam ao grupo Kaingang (SANTOS, 1973). Num seminário nas dependências da UFSC em 2009, denominado "*La Klãnõ, os caminhantes do sol, povo Xokleng*", em uma palestra com os caciques e os mais antigos da terra indígena La Klãnõ, Aniel Pripá, Cacique Presidente da terra indígena, disse que os Xokleng conseguiram entender os Kaingang e vice-versa, e que os Kaingang comentavam que por vezes era mais fácil entender um Xokleng, do que entenderem-se um Kaingang do sul e outro do norte (PRIPÁ, 2009).

A denominação Xokleng foi construída por antropólogos, sertanistas, e missionários. Ao que parece é uma derivação de Xocren, ou Xocrens que o Padre Francisco das Chagas Lima menciona de passagem em suas *Memórias da Conquista de Guarapuava*, e que já apareciam como inimigos históricos dos Coroados habitando as matas em direção ao litoral (LIMA, 1842, p. 52). No século XVIII, na décima expedição da tentativa de conquista de Guarapuava, a

comandada pelo tenente Coronel Afonso Botelho de Souza, e que foi derrotada pelos índios, a expedição teria se encontrado no dia 18 de dezembro de 1771, com “os índios da nação Xuclan segundo alguãs palavras, que se lhes tem percebido.” (SOUZA, 1956, p. 226). Esse encontro pode indicar a presença no planalto dos Xokleng, já que a estrada para o sul estava em seus primórdios (não no que se refere a caminhos e picadas, mas no sentido de estrada mesmo), a separação entre Xokleng e Kaingang ao leste e oeste da estrada pode ter iniciado por esses tempos. O Viajante Saint-Hilaire recolheu também essa denominação, e a grifou como Socrês, recebeu essa informação de duas índias coroadas de Guarapuava, que não sabiam a que grupo pertenciam, mas identificavam seus inimigos e entre eles os Socrês, que tem o costume de perfurar o lábio inferior (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 84). Curiosamente, outra terminologia que foi utilizada para denominar os inimigos históricos dos Kaingang, era a própria palavra Kaingang, cujo significado remete, à noção de gente da terra, gente do mato, ou ao índio, ao humano propriamente dito, como disseram Silvio Coelho dos Santos (1997) e Lúcio Tadeu Mota (2004). Até a metade do século XX, alguns estudiosos ainda assim os denominavam, mas principalmente após a tese de doutorado de Silvio Coelho, a denominação Xokleng passa a definir esse povo originário, que atualmente é aceita por eles e pelos estudiosos. Mas observa o antropólogo Silvio Coelho dos Santos que o grupo não tem termo de autodesignação:

A esta conclusão chegamos depois de investigar junto a vários informantes idosos e junto ao pacificador, Eduardo Hoerhan. Este confessou-nos que a preocupação de nominar o grupo é dos civilizados e não dos índios. Não há termo de auto-identificação. Utilizam o termo “ânhele”, que significa gente para se referirem a alguma pessoa que se aproxima, como quem diz: lá vem gente ou simplesmente gente. Usam também o termo “angoiká”, com o significado de pessoa, para se referirem a alguém que desconhecem o nome, como quem diz: quem é aquela pessoa? Os termos, entretanto, não podem ser tomados como auto-designação. Parece-nos importante este detalhe, por que vem demonstrar que os Xokleng não tinham necessidade de termos para se auto-classificarem, pois não são eles que fazem o indivíduo índio e muito menos integrante desta ou daquela tribo. Paralelamente surge a necessidade do nacional em identificar. E essa identificação afirma-se não na realidade apresentada pelo grupo tribal e sim em qualquer atributo que certos membros do grupo apresentem, como por exemplo o botoque dos Xokleng ou o cabelo cortado ao alto da cabeça, em forma de coroa, dos Kaingang. Daí as

designações Botocudo e Coroados, tão difundidas no sul do país para referir a grupos tribais (SANTOS, 1973, p. 31).

A essa citação de Silvio Coelho dos Santos, de igual valia soma-se as observações feitas por Auguste de Saint-Hilaire acerca das denominações dadas às inúmeras etnias que habitavam o Sul do Brasil, quando por aqui passou:

[...]quando se perguntava a um índio o nome de sua tribo, este, á semelhança do que haviam feito as duas índias coroadas de Curitiba, não respondia a pergunta e sim mencionava imediatamente o nome das tribos com as quais seu povo estava em guerra. Isso parece provar que cada tribo, em seu isolamento, se considera como o povo por excelência, o povo único, por assim dizer, e que os nomes das diversas tribos são quase sempre apelidos dados pelos portugueses ou que elas próprias dão umas as outras. Já chamei a atenção, em outro relato, para o fato de que a palavra tupi é um verdadeiro apelido, originado da língua geral, e que os Caiapós não tem nenhum nome para designar a sua tribo e devem aos paulistas a denominação que lhes é dada hoje. O nome de Botocudos é evidentemente um apelido tirado, com algumas modificações, da língua portuguesa; o dos Coroados é uma palavra da mesma língua que não sofreu a menor alteração. O que ficou dito acima servirá para explicar por que razão se encontram em vários autores, tantos nomes diferentes de tribos. o que acontecia era que uma mesma tribo podia ter vários nomes, ou melhor, vários apelidos, conforme o número de seus inimigos (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 85).

De acordo com estas proposições, uma grande parte das populações indígenas que foram invadidas pelos paulistas não se autodenominava, mas recebiam uma nomenclatura que lhes era atribuída pelo oponente, sejam eles índios ou não índios - um processo histórico vai lhes determinando uma terminologia. No caso dos caminhos do Sul, já foram Coroados e Botocudos, e assim foram denominados até o início do século XX. No município de Blumenau, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, o médico alemão Hugo Gensch em um trabalho intitulado “*A educação de uma menina indígena*”, fruto de sua experiência com uma Xokleng que adotara como filha, e encaminhado para discussão em um Congresso de Americanistas em Viena em 1908, nos daria a seguinte informação sobre Coroados e Botocudos:

A história dos índios de nosso estado resume-se, até agora, na guerra interminável de extermínio aos mesmos. Contrastando com esta situação, já

existem no vizinho estado do Paraná, aldeamentos de índios, classificados como “catequizados”, mesmo que a “catequização” se manifeste apenas na prostituição gratuita de moças e mulheres do aldeamento, e na degradação dos homens entregues ao vício de bebidas alcoólicas! Ninguém se tem dedicado, de verdade, a esses indígenas que, assim, servem de exemplo comprovante da afirmação de burgueses zurras, que destes representantes da raça parda, nada de bom poder-se-ia esperar.

Os nossos índios, até agora, não foram ainda objetivo de estudos científicos. Nada se sabe sobre a origem étnica dos mesmos, seu idioma e os seus costumes. Hoje costuma-se denominá-los de “Botocudos” apenas por usarem um botoque no lábio inferior, sendo eles tratados, amanhã, como “Coroados”, pela razão de terem alguns deles, adotado o corte de cabelo com tonsura.⁸

Até o início do século XX os índios do planalto e serra do sul do Brasil eram chamados de Coroados ou Botocudos, a partir daí e da construção de uma etnohistória ou de uma antropologia histórica, passam a ser denominados de Kaingang e Xokleng, no caso do primeiro uma derivação da expressão designativa do eu humano, do lugar que se ocupa, o índio *a priori*, e que já aparecia no século XIX, em relatos de viajantes e documentos (MOTA, 2004) e no caso do segundo, permaneceu o olhar do outro, de Xocrén, Xuclan e socrês para Xokleng (segundo Silvio Coelho, Xocrén significa taipa de pedra,⁹ da mesma maneira que Xokleng), e talvez seja por isso que embora aceitem essa denominação, ainda buscam outras formas identitárias próprias como La Klãnõ, os Caminhantes do Sol. Tais terminologias (Kaingang e Xokleng) passam a ser escritas da forma atual, desde a normatização da grafia de nomes indígenas a partir da convenção da Associação Brasileira de Antropologia em 1953, substituindo então os designativos Caingangues e Xoclengues, com a permuta do “C” por “K” e da supressão da articulação plural (CONVENÇÃO PARA GRAFIA DE NOMES INDÍGENAS, 1954).

Voltando aos Campos Gerais e o Planalto Meridional e o Caminho das Tropas, é necessário tratar da Fazenda Fortaleza de propriedade de José Félix da Silva, citada por Saint-Hilaire, mais um proprietário que dentro de uma terra que se ocupava de forma quase militarizada, recebia o cargo honorífico de Oficial de Milícias:

José Félix da Silva era o seu nome, e ele passava por ser um dos homens mais ricos da Província de São Paulo, sendo ao mesmo tempo famoso por sua avareza. Esse homem tinha-se casado com uma mulher pobre, e como a

tratasse com extrema severidade ela planejou desembaraçar-se dele mandando assassiná-lo. Empreitou dois facínoras para que dessem cabo dele, mas o homem se defendeu valentemente e conseguiu escapar [...] Esse infeliz homem tinha chegado a tal ponto de desconfiança que conservava trancadas a chave as suas mínimas provisões e encarregava o seu neto, um menino de oito ou dez anos, de aparar a sua barba (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 42-43).

Avarento, sobrevivente da tentativa de assassinato por parte de sua mulher pobre, vivendo nas fronteiras da colonização nos Campos Gerais, José Felix da Silva fundara a sua propriedade no início do século XIX. Estabelecera-se em uma área das mais incrustadas e próximas as populações indígenas, o nome 'Fortaleza' vinha de sua atitude de defesa na guerra contra os índios, acompanhava as formas clássicas de construção defensiva preconizada para esses lugares, possuía fosso e muro de paus em ponta como lanças, uma fortaleza no limite fronteiro, na linha clara que separa o mato e o campo; o campo para os invasores, e o mato cada vez mais lugar de refúgio e como tal de morada indígena. Sua ação corajosa de aí se fixar trazia em seu bojo o incentivo para que a partir dessa época muitos agricultores se estabelecessem nas redondezas, animados pelo exemplo e pela proteção de um fazendeiro que contava com muitos peões e escravos para a defesa do lugar contra o ataque dos indígenas. Saint-Hilaire traz informações importantes neste relato sobre a fazenda Fortaleza no que se refere às relações entre índios e não índios:

Fortaleza era, na época de minha viagem, a fazenda que se achava mais profundamente incrustada nas terras ocupadas pelos selvagens. Eles freqüentemente a invadiam e causavam desordens, os homens do Coronel os perseguiram, matavam alguns, aprisionavam mulheres e crianças. Os escravos de José Félix da Silva jamais iam trabalhar nas plantações sem estarem armados.

Os índios vizinhos de Fortaleza pertenciam, como os de Jaguariaíba, à tribo dos Coroados, e exibiam também uma pequena tonsura no alto da cabeça, mas usavam os cabelos compridos atrás e aparados na frente, à altura das sobrancelhas. José Félix me disse que tinha entrado numa das casas dos selvagens, confirmando o que me havia sido contado na casa do Coronel Luciano Carneiro, ou seja, que a habitação era construída à semelhança da dos portugueses e dispunha de uma considerável provisão de milho e de feijão. Além dos tecidos que já mencionei mais atrás, freqüentemente se tomavam arcos e flechas dos Coroados de Fortaleza, bem como machadinhas de pedra, vasilhas de barro, cestos, colares feitos de dentes de macaco, etc.; mostraram-

me uma panela que havia sido tomada deles, e me pareceu tão bem feita quanto a dos paulistas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 43).

As informações contidas nessa citação confirmam que existe uma guerra contra os indígenas, com objetivos claros, conquistar a terra, escravizar os vencidos, e realizar o butim, mesmo que sejam machadinhas de pedra, vasilhas de barro, cestos, colares feitos com dente de animais ou panelas de barro. Tomar o território, os bens dos inimigos e dispor deste como *lhe convier*, esses são objetivos de qualquer guerra, mesmo a defensiva. A conquista no caso da ofensiva, ou reconquista no caso da defensiva, incorpora a apropriação de bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis, seja a terra a ser invadida e ocupada, sejam os utensílios e ranchos de morada, seja o corpo do inimigo. Indubitavelmente, é a regra da guerra. Por outro lado, há de se considerar as complexidades que envolvem essas condições de guerras e fronteiras, que são caminhos múltiplos que podem ser compreendidos quando se aceita a pluralidade destes termos, já que existem muitas guerras e muitas fronteiras. Todavia não se pode perder o foco, não se pode agarrar a pluralidade como um discurso ingênuo, onde relações de amor, trocas e relações amistosas apareçam como único fio condutor e a guerra, conquista, destruição, conflitos e cativeiros apareçam em segundo plano, ou desnecessários, ambos encerram suas funcionalidades históricas e, como tal, podem ou devem estar interligados.

Com José Félix da Silva, repete-se o que já foi dito: a confirmação dos ranchos indígenas construídos como um chalé com cumeeira e duas águas, à moda luso-brasileira; bens manufaturados com certo grau de especialização; provisões de milho e feijão, resultados de roças cultivadas ao longo do ano e corte de cabelo diversificado com cabelos compridos atrás e cortado rente na frente, contudo mantendo no alto da cabeça a tonsura, como os franciscanos.

O viajante Saint-Hilaire vai encontrar na casa do Tenente Coronel José da Silva Félix, assim como já havia encontrado na casa do Coronel Luciano Carneiro Lobo, mulheres e crianças indígenas que haviam sido capturadas no mato recentemente, e acrescentava:

[...] Seja como for, e considerando-se tudo o que eu disse até aqui sobre os Coroados dos Campos Gerais, tribo dos Bugres, é mais do que evidente que em seu estado selvagem eles são superiores em inteligência, engenhosidade e providência a muitos outros povos indígenas, e talvez o sejam também em

beleza física, por conseguinte, devia ser feito todo o possível para aproximá-los dos homens de nossa raça e estimular o casamento entre eles e os paulistas pobres, que não se devem envergonhar do sangue indígena, pois há muito tempo esse sangue corre em suas veias. Convém deixar bem claro, entretanto, que seria bem mais fácil fazer esses esforços em prol dos Coroados do que exterminá-los ou reduzi-los à escravidão (SAINT-HILAIRE, 1978, p 44).

O naturalista faz uma defesa do fim do extermínio e da escravidão indígena, sugerindo a miscigenação com os Kaingang que, segundo o naturalista, em engenhosidade, inteligência e beleza física era um povo superior a outros povos indígenas que conhecera e, portanto, não deveria se envergonhar um paulista pobre de casar-se com um Kaingang ou uma Kaingang, e tampouco de seu sangue indígena que já corria em suas veias. Quanto mais próximo das terras indígenas e das matas, como é o caso da fazenda Fortaleza, mais intenso será o contato com os povos originários. Este contato, nesse caso, e especificamente durante o período que abordo, é evidenciado pelo conflito e, sem sombra de dúvidas, pelo cativo. Dizer que era uma tarefa fácil, e que os Kaingang não passavam de vítimas inermes, incapazes de reagir à altura da guerra que se fazia contra eles, seria uma temeridade e um erro, as fontes históricas e o processo histórico demonstram séculos de resistência à invasão e ocupação de seus espaços de morada e convivência. Saint-Hilaire sobre isso nos escreveu:

Esse homem declarou-me que havia esperado por mim porque uma das matas vizinhas servia de asilo aos índios selvagens, e me mostrou as ruínas de um paiol ao qual eles tinham ateado fogo um ano antes, quando ainda se achava atulhado de milho. As árvores haviam coberto, anteriormente, o local elevado onde nos achávamos naquele momento, mas o tenente-coronel as mandava cortar a fim de poder controlar mais facilmente os movimentos dos índios. Em breve passamos por um lugar onde, dois anos antes, os índios tinham matado dois homens que trabalhavam numa plantação, três outros tinham conseguido escapar, correndo para campo aberto onde os selvagens não se atrevem a ir. Eles massacraram a golpes de porrete os que tinham caído em suas mãos, esmagando-lhes as cabeças e despojando-os de tudo. A pouca distancia do local onde isso ocorreu avistei a casa de uma das vítimas. Tratava-se de um homem nativo da ilha dos Açores; ele cultivava o linho com grande sucesso, a sua mulher tecia com ele panos bastante finos. Sozinha, privada do seu protetor natural, essa infortunada mulher não pôde continuar num lugar onde tudo lhe lembrava a sua desgraça e onde sua vida estava sob constante ameaça. Ela deixou o lugar, e sua casa ficou abandonada (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 44-45).

O relato demonstra os assaltos e ataques de indígenas a sitiados que vivem próximo às matas e a reservatórios de comida, como os paióis de milho. Esses assaltos eram estratégias de defesa do território, de pilhagem, e de ataque, e que buscava afugentar estes moradores mais adentrados fronteiriçamente, o que de fato surtia efeito, pois como demonstra o relato, depois do ataque, a viúva do açoriano morto no ataque à plantação, abandona o lugar, sua casa e a roça de linho de cânhamo.

Auguste de Saint-Hilaire, naturalista, botânico, apaixonado pela paisagem e pela descrição dos lugares e suas pessoas, nos caminhos do Sul, nas fronteiras de São Paulo provincial no primeiro semestre de 1820, através da descrição de plantas, animais, geologia e descrições etnográficas, desenha o cenário natural e sociogeográfico, descreve pastagens, morros, matas fechadas e sombrias, campos imensos, perto das matas de araucária e Mata Atlântica. Mata essa que subindo as montanhas, abre-se no cenário deslumbrante do encontro da serra com o planalto, onde o olhar se abre para a imensidão dos campos, dos faxinais e campinas. O campo era lugar para desenvolver a criação de animais, o mato ao contrário, um conjunto de difícil penetração para a ação humana, onde não se caminha sem o auxílio de um dos maiores desbravadores deste ambiente – o facão. Ora, era com esse instrumental que se abria o caminho no mato, se fazia as picadas, cortava-se galhos, construía-se abrigos, ou também como arma de defesa ou ataque contra os indígenas, e nesse caso deveria ser capaz de decepar um braço. Isso significa dizer nesse caso que na mata fechada as armas de fogo de cano longo, eram impróprias, ficavam presas nos muitos pequenos galhos e espinhos que ficavam abaixo da copa das árvores, e dificultavam sobremaneira o avanço no terreno. Pistola curta (chamadas de *reúminhas* e se longas, *reúnas*) e, se possível, duas, para possuir mais de um tiro, e facão, estes eram o instrumental preferido para as ações de caça aos índios, as chamadas “entradas” (SOUZA, 2013).

Saint-Hilaire descreve o Planalto Meridional como uma paisagem com muitos campos, pequenas matas, montanhas ao longe com matas fechadas, rios caudalosos ou não, pequenos riachos e arroios. Um lugar onde a mata de araucária prevalece, misturando-se com a Mata Atlântica, formando a chamada floresta ombrófila mista, num espetáculo de rara beleza aos

olhos dos viajantes (ver fig. 3 e 4). O Planalto, iniciando em São Pedro do Rio Grande do Sul e seguindo até a capitania de São Paulo, era dominado pela mata de araucária e entrecortado por formações de campos naturais. Mas não só para embelezar o Planalto e as Serras serve a *Araucaria angustifolia*, é extremamente útil como madeira para qualquer fim, desde a construção de casas até mastros e vergas de navio, e para as populações indígenas, durante o inverno, seu fruto, o pinhão, era um alimento valioso, e não só para os indígenas, como também para os paulistas, que usavam em sua alimentação, na alimentação de porcos, e como recurso de sobrevivência nas expedições (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 16).

Este lugar de campo e criação de animais, de certa forma, e por alguns estudiosos assim é chamado, indica um tipo de vivência social denominada de campestre, ou uma sociedade do campo, longe de avaliar estes conceitos, minha análise vai à direção de entendê-la como um lugar de contraposição à mata, no sentido da mobilidade. O campo é representado pelo espaço mais aberto, onde se pode deslocar montado sobre cavalos, burros ou mulas. O mato é lugar de difícil penetração, de pouca mobilidade, de difícil orientação. No primeiro caso, para a lida no campo, meninos desde cedo aprendem a atirar o laço, a formar o rodeio e correr atrás de cavalos e bois. Os homens andam quase sempre a cavalo, e a sela de montar, possui outras formas, como o lombilho, e em vilas como Castro, um dos principais ofícios vai ser o de seleiros e lombilheiros. Os habitantes dos campos Gerais, homens e mulheres de todas as classes sociais e econômicas, no momento em que possuem dinheiro partem para o Sul, para comprar tropas de muares, para vendê-los em seu lugar de morada ou em Sorocaba (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 19). Essas estradas e caminhos não eram lugares livres da presença dos governos e sua fiscalização. As estradas faziam parte da estruturação do poder imperial. Para atravessar os rios, fazia-se necessário pagar pedágios e o transporte.

Figura 3 - Caminho do Sul e Araucárias. Lajes



Fonte: <http://www.festadopinhao.com>. Acesso em: 07 ago 2015.

Figura 4 – Planalto Meridional e a mata de Araucárias



Fonte: <http://www.clickfozdoiguacu.com.br>. Acesso em: 07 ago 2015.

Esses pedágios eram autorizados pelo governo e organizados por pessoas que tinham alguma influência na região e normalmente, já possuíam alguns bens. Perto dos pedágios se instalavam as vendas, e nelas se realizavam os negócios, inclusive o empréstimo de dinheiro para o chefe das comitivas, como no caso do pedágio do posto fiscal do Registro de Curitiba, situado na entrada do sertão, a três léguas da Vila do Príncipe (atual Lapa). Os tropeiros, para pagar o pessoal que voltava para o Sul, e os que seguiam até Sorocaba, pegavam dinheiro emprestado nestas vendas e na volta, depois de negociado a tropa de animais, pagava-se o empréstimo. Mas, da quantia que tomavam emprestada, apenas uma pequena parte era em

dinheiro, o montante do empréstimo era em tecidos e outras mercadorias, que era na prática a moeda de troca para pagar os peões da comitiva, essas mercadorias e tecidos tinham sempre preços muito elevados. Os vendeiros fizeram parte da acumulação de capital nesses lugares.

Giralda Seyferth, analisando a instalação de vilas como Brusque em Santa Catarina, assinalou que nesse caso, os vendeiros, através do controle dos preços das mercadorias e dos empréstimos, eram os únicos que podiam “acumular capitais que não se limitavam aos recursos reduzidos de uma pequena propriedade agrícola.” (SEYFERTH, 1999, p. 116). Em nosso caso, os donos destas vendas, em geral, eram estancieiros, donos de muitas terras. Mas de forma igual fizeram parte de um processo de ganhos de capitais. Porém, para nossos estudos, o que mais interessa é que eram responsáveis pelo endurecimento da vida de vaqueanos, peões, lavradores e outros despossuídos do Brasil Joanino, que viam suas possibilidades reduzidas diante de um quadro de dificuldades extremas.

A vigilância nestes postos fiscais era exercida por guardas da Milícia, encarregados de evitar o contrabando, que havia sido constante quando esse serviço fora exercido por tropas regulares de infantaria, já que estes, oriundos em sua maioria de outros lugares e muitos arregimentados à força para o serviço militar, estavam mais susceptíveis à corrupção. “O contrabando tornou-se mais raro depois que os soldados foram substituídos pelos milicianos, que possuíam alguns bens e corriam o risco, em caso de fraude, de vê-los confiscados.” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 64). Em muitos casos, as margens dos rios eram policiadas por moradores que exerciam esse serviço sem nada receber, mas que intentavam com isso, justificar um possível não alistamento junto aos recrutadores do Império.

Dentro do demonstrado em alguns documentos e na narrativa de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, surge um mundo de milicianos, tropas regulares, pessoas dos mais diversos ofícios, estancieiros, negociantes, vaqueanos, peões, funcionários do governo, escravos e índios. Personagens que se envolviam com este mundo circundante ao Caminho de Tropas, suas muitas fazendas e pequenas lavouras, suas estradas, caminhos e picadas. Um mundo que no início do século XIX não adentrava mais de 13 léguas em um espaço geográfico que aparecia na cartografia da época, como terra dos índios bravos, ou terra dos indígenas (SAINT-HILAIRE,

p. 53). O que demonstra que as terras do planalto meridional, ou do Continente do sul, em sua maioria ainda pertenciam aos povos originários.

Considerações finais

Na época Joanina as relações entre os grupos étnicos, denominados pelas fontes estudadas de Botocudos e Coroados (na atualidade Xokleng e Kaingang respectivamente), e os luso-brasileiros através do estudo de alguns documentos e interpretações históricas à luz do relato de Saint-Hilaire pelo Planalto Meridional, revela-se assinalada pelo conflito. Essa mediação interage em processos decorrentes da invasão e ocupação das terras dos povos originários. Embora estas inter-relações se tenham dado de forma múltipla e não só a evidenciada pela guerra, as fontes históricas que se apresentam para desvendar algumas intersecções, estas, em sua maioria, revelam a sua interface mais frequente - as expedições de entrada à terra dos índios. Para além dessa discussão, evidenciasse a sociedade do campo, contrária a sociedade indígena, dita como uma sociedade do mato pelos invasores de suas terras, mas que em verdade aí se refugiava em busca de proteção ao avanço luso-brasileiro pelos campos que um dia havia lhes pertencido. Nessa situação eram vistos como inimigos, ou índios bravos, os índios que estavam nas matas, eram perigosos e necessitavam ser guerreados, capturados e escravizados. A sociedade ao longo do Caminho das Tropas no Planalto meridional demonstra-se numa sociedade de fronteiras, e de mobilidade entre essas fronteiras, espaços e conflitos díspares, o campo e o mato, índios e não índios, luso-brasileiros e Coroados e Botocudos, povos originários e invasores de suas terras, diferenças que irão manter-se até os dias atuais.

Referências

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

CONVENÇÃO PARA GRAFIA DE NOMES INDÍGENAS. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro em 1953. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 150-152, 1954.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da Terra firme.** V.1. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

DIAS, Haylor Delambre Jacques. Cultura Serrana Tropeando pelo Planalto Catarinense. **Revista História Catarina.** Ano V, Numero 32, p. 62-82, junho 2011.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas.** 538 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo IV, nº13. Rio de Janeiro, typografia de João Ignácio da Silva, p. 41-67, 1842.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana Lize, AREND, Sílvia (orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001, p. 14- 34.

_____. **Lideranças do Contestado.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: Ed. UEL, 2004, p. 3-16.

_____. **As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: Ed. UEL, 2004, p. 26-27.

ORTELLI, Sara. **Trama de una Guerra Conveniente: Nueva Viscaya y la sombra de los apaches. (1748-1790).** México, El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

PRIPÁ, Aniel. Palestra no seminário *La Klãnõ, os caminhantes do sol, povo Xokleng.* História, Direitos, saúde, Educação. Florianópolis, UFSC, 04 de dezembro de 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina**. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng, memória visual**. Florianópolis, Editora da UFSC; Itajaí, Editora da UNIVALI, 1997.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**. A Dramática Experiência dos Xokleng. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim, um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1999, p. 116.

SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. **Anais da Biblioteca Nacional**, V. 76. Rio de Janeiro, Divisão de publicações, p. 200-260, 1956.

SOUZA, Almir Antonio de. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro: Conflito e cativo indígena nos caminhos do sul (1820-1832). **História Social**, n. 25, p. 91-109, segundo semestre de 2013.

_____. **Armas, Pólvora e Chumbo**. A expansão luso-brasileira e os Índios do Planalto Meridional. 2012. 459 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ZARTH, Paulo. **Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

Artigo recebido em 08 de setembro de 2015. Aprovado em 10 de outubro de 2015.

Notas

¹ Carta Régia do Príncipe Regente Dom João ao Governador da Capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, em 05 de novembro de 1808. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 156-159. Cartas Régias eram as correspondências emitidas pelo Governo Real, que indicavam ordens administrativas e gerais e possuíam força de lei.

² Uso essa oposição no sentido de pensar domínios sobre espaços, e nesse sentido incluo os povos originários, os indígenas, e do outro lado, os invasores, seguindo esse curso estabelecemos na voz dos relatos, depoimentos, e documentos esses lugares “o Mato e o Campo”. O Mato, com a invasão luso-brasileira passa a ser refúgio e

domínio dos povos originários e os campos abertos, cada vez mais, como os lugares de domínio e expansão da conquista luso-brasileira.

³ Resposta do Advogado e ex-presidente da província de São Paulo Manoel Joaquim de Ornellas sobre o direito a liberdade e escravidão de uma Índia. *Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38)*, caixa 217, pasta 1, documento 95 A, ordem 1012. Arquivo Público do Estado de São Paulo. APESP.

⁴ Reitero a noção de que em alguns documentos que estudamos aparece esta expressão o “continente do sul”, algo como o interior, o planalto, as terras altas que fugiam das praias e do litoral.

⁵ Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho, descrevendo Coroados e Botocudos, em 14 de Janeiro de 1852. *Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 5-5v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. APESC.

⁶Idem.

⁷ Ibidem.

⁸ Tradução de um resumo do Trabalho: “A educação de uma menina indígena.” Colaboração para a solução do problema dos Índios, do Dr. Hugo Gensch, médico com prática em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Dedicado à memória do amigo sincero, abnegado e corajoso dos índios brasileiros: Couto Magalhães. Trabalho apresentado no XVI Congresso de “Americanistas Internacionais, realizado em Viena, em 1908”. *Arquivo Índios*, pasta 1.1, documento 13, Arquivo Histórico Municipal José Ferreira da Silva, AHMJFS (Blumenau).

⁹ É possível que assim os denominassem devido ao seu lugar de morada nas serras próximas as grandes paredes de pedra, onde acima destas vai estar o planalto, o continente que ia para o sul até a terra do fogo.